

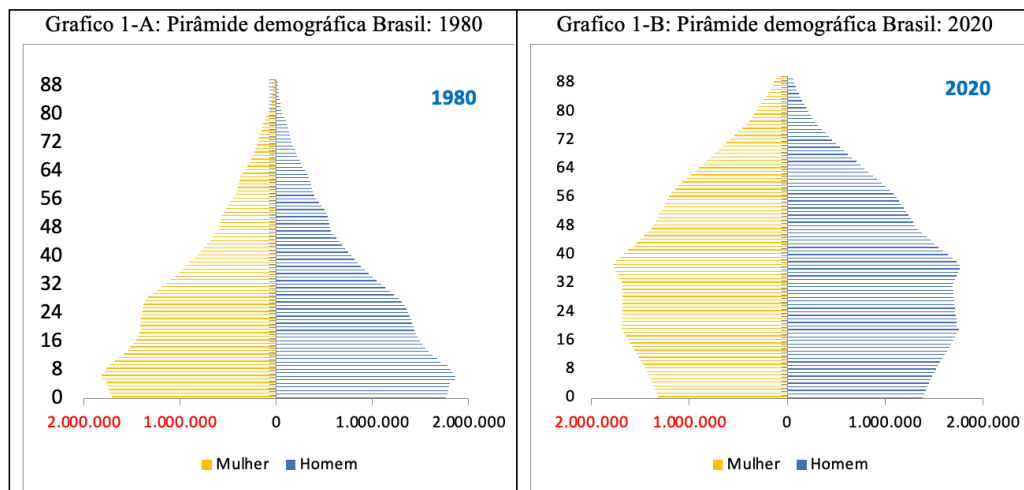


ALGUNS DESAFIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: A DINÂMICA DEMOGRÁFICA, A EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE BRASILEIRA E OS APRIMORAMENTOS NECESSÁRIOS¹

Paulo Tafner²

Não é surpresa para ninguém que o principal vetor a pressionar todos os sistemas (em regime de repartição) de previdência do mundo é a demografia. Em todos os países, em maior ou intensidade, em estágios mais ou menos avançados, há um inexorável processo de envelhecimento das populações, acompanhado por contínuas reduções da taxa de fecundidade, fazendo com que os países atinjam limites do tamanho de sua população e assistam à crescente participação do segmento idoso no total da população.

Poderia aqui tratar de dezenas de países – e de certa forma o farei mais a frente – mas me concentrarei nesse momento no caso brasileiro. Observe três momentos de nossa história pregressa e futura, representados pelos gráficos 1-A, 1-B e 1-C. (Fonte: IBGE)



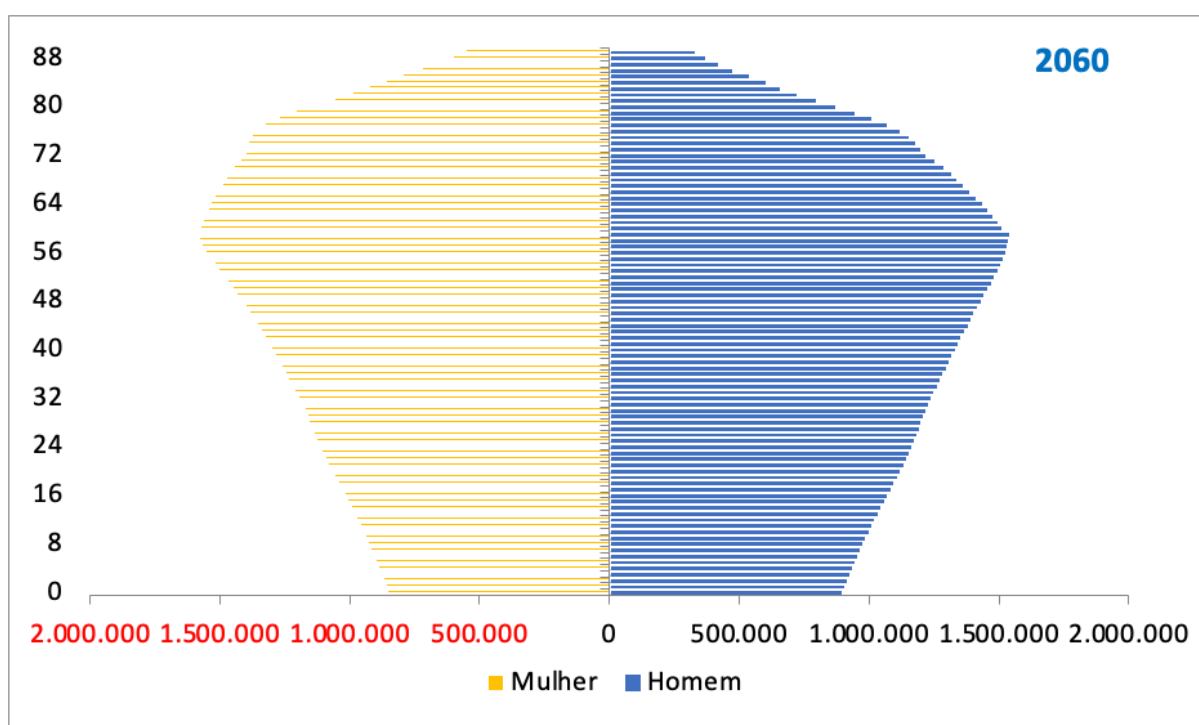
¹Esse artigo é uma adaptação da apresentação da Palestra Magna: “Desafios da previdência social – uma reflexão sobre o Brasil”, realizada pelo autor no Congresso Internacional de Gestão da Previdência – INSS, em 16/11/2022.

²É economista, com Doutorado em Ciência Política. Diretor Presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS) e pesquisador associado da FIPE/USP. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Previdência Social, Finanças Públicas, Pobreza e Desigualdade. É autor e/ou organizador de vários livros e autor de mais de duas dezenas de artigos técnico-científicos. Colunista regular do Infomoney. **E-mail:** paulo.tafner@gmail.com

Notem, leitores, que são momentos equidistantes no tempo, em relação ao momento atual³. Quarenta anos à frente e quarenta anos atrás. Éramos uma pirâmide quase perfeita. Base ampla, poucos indivíduos acima dos 65 anos. A idade mediana do Brasil de então era pouco superior a 24 anos. Ou seja, éramos jovens – um país do futuro – cheios de energia, muitos sonhos e muita vida para viver. E desde então a medicina, a indústria farmacêutica, os equipamentos médicos e cirúrgicos, a tecnologia acoplada ao campo do cuidado humano fizeram uma revolução em nossas vidas e em nossas sociedades.

Passamos a viver mais (e melhor), adquirimos também hábitos mais saudáveis, de modo que alguém se imaginar viver até os 90 anos (ou mesmo mais) não é um devaneio, um sonho quase irrealizável como era há 60, 70 ou 80 anos atrás.

Grafico 1-C: Pirâmide demográfica Brasil: 2060



Esse processo de envelhecimento da população brasileira veio acompanhado de acentuada queda na taxa de fecundidade, fazendo com que, em primeiro lugar, a população passasse a crescer a taxas declinantes e negativas (já a partir da 2ª metade de década de 2040) e, em segundo lugar, impactando a oferta global de mão-de-obra do país.

Em estudos previdenciários é usual a utilização de uma estatística denominada razão de dependência demográfica para avaliar a situação de risco e de solvência do sistema previdenciário. A razão de dependência demográfica (Rdd) é definida como a razão entre o número total de indivíduos com 65 anos ou mais e a PIA (População em Idade Ativa) constituída pela soma dos indivíduos com idade entre 15 e 64 anos. O inverso dessa razão indica o número de indivíduos ativos que financiam cada um dos

³ Tomei a liberdade de considerar esse ano de 2022 como muito assemelhado a 2020, razão pela qual me permiti utilizar o termo equidistante.

possíveis aposentados. Vejamos esses números nos três momentos já apresentados anteriormente, por meio dos Gráficos 2-A, 2-B e 2-C⁴.

Gráfico 2-A: grupos etários, razão de dependência demográfica e seu inverso – Brasil: 1980

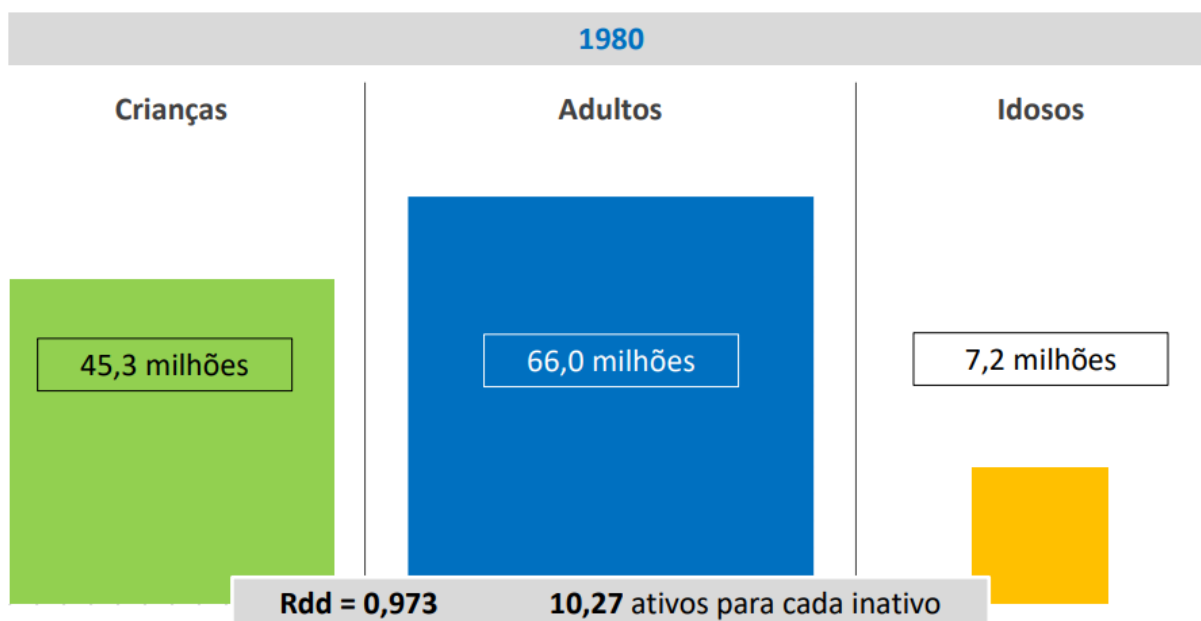


Gráfico 2-B: grupos etários, razão de dependência demográfica e seu inverso – Brasil: 2020

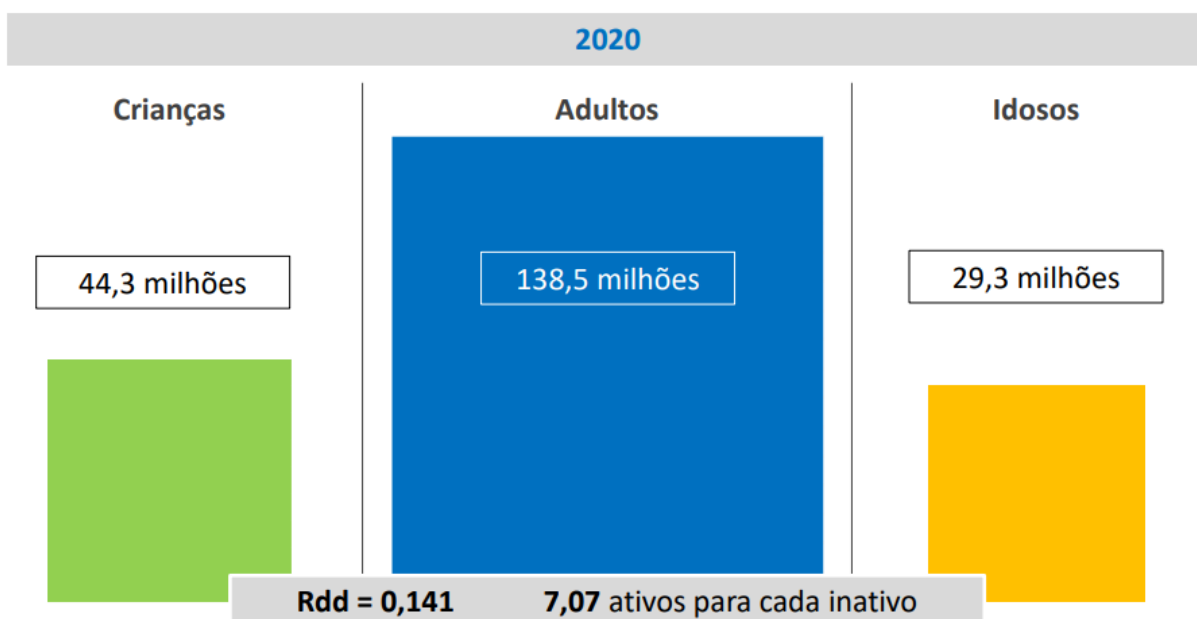
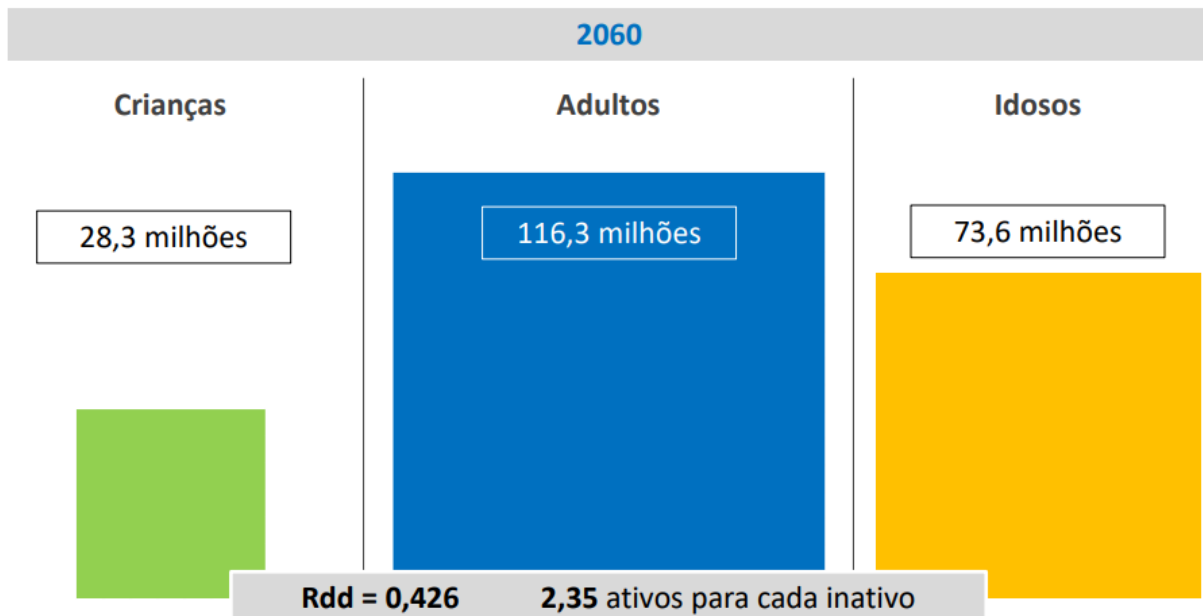


Gráfico 2-C: grupos etários, razão de dependência demográfica e seu inverso – Brasil: 2060

⁴ No caso brasileiro, dadas as regras de aposentadoria até a reforma de 2019, é razoável considerar o grupo etário de 60 anos ou mais para caracterizar o grupo idoso (nesse caso, o grupo de ativos seria a população entre 15 e 59 anos) e recalculer a Rdd. Nesse caso, os resultados seriam: 1980 – Rdd = 0,124 e 8,24 ativos para cada inativo; 2020 – Rdd = 0,219 e 4,55 ativos para cada inativo; 2060 – Rdd = 0,606 e 1,65 ativos para cada inativo.



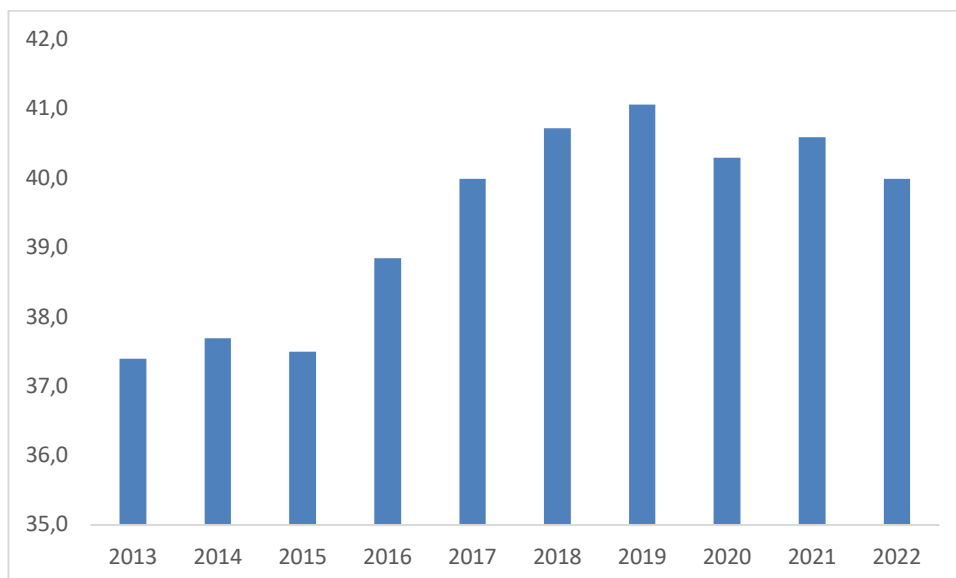
Os dados demográficos não deixam margem de dúvida: nos próximos quarenta anos o processo de envelhecimento da população brasileira, conjugado com a estabilização e até redução de sua população total e a redução da população em idade ativa degrada severamente a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro. É impossível um regime de repartição ser sustentável com apenas 2,35 potenciais ativos para financiar cada inativo (que vive cada vez mais).

Há ainda dois aspectos a considerar. O primeiro deles é que a economia brasileira convive com elevada taxa de informalidade. Conforme pode ser observado no Gráfico 3 referente aos últimos 10 anos, é possível observar que em nenhum momento a taxa de informalidade esteve abaixo de 37% e permanecendo acima de 40% por pelo menos 6 dos últimos 10 anos. Isso significa que os valores apresentados nos gráficos 2-A; 2-B e 2-C não expressam adequadamente a realidade de financiamento e sustentabilidade de nosso sistema. O número efetivo de financiadores para cada beneficiário é menor. Além disso, deve-se considerar o volume de desemprego que retira contribuintes do sistema.

Dessa forma, é bastante razoável supor que para os próximos 40 anos teremos um número efetivo que se aproximará de 1,5 ativo para financiamento de cada aposentado/pensionista.

Não é necessário fazer grandes cálculos para se chegar à conclusão de que o sistema previdenciário brasileiro exigirá crescentes recursos do Tesouro para se financiar. E isso implicará maiores restrições fiscais e possivelmente, maior grau de endividamento público e conseqüentemente maiores níveis de juros no país. As conseqüências mais palpáveis serão inflação mais elevada e menor crescimento econômico.

Gráfico 3: Taxa de informalidade – Brasil: 2013-2022



Fonte: IBGE.

O segundo aspecto diz respeito ao progressivo envelhecimento da população o que redundará em prolongamento do período de benefícios ativos. Realizando uma pequena análise retrospectiva é possível observar que houve grande aumento da esperança de vida ao nascer entre 1980 e 2021 (ano da mais recente tábua de mortalidade). Em 1980, a esperança de vida ao nascer era de apenas 58,4 anos para homens e 65,5 anos para mulheres. O dado mais recente mostra que essas estatísticas são, respectivamente, 73,6 anos e 80,5 anos. É um acréscimo de 15,2 anos para homens e 15 anos para mulheres. Trata-se de um acréscimo de 3,7 anos por década. Percentualmente, houve um aumento de 26% para homens e 22,9% para mulheres.

Esse aumento na esperança de vida ao nascer, entretanto, não é o fato mais espetacular no processo demográfico brasileiro. Os ganhos de esperança de vida nas idades mais elevadas são ainda mais fantásticos: aos 60 anos, o ganho foi de 7,1 anos para ambos os sexos, um aumento de 1,73 anos por década, equivalente ao crescimento de 51% para homens e 40% para mulheres; e aos 65 anos, o ganho foi de 8,2 anos para homens e 7,3 anos par mulheres. Percentualmente, são crescimentos de 89% e 54,5%, respectivamente. A Tabela 1 apresenta a síntese dessas informações.

Tabela 1: Esperança de vida em 4 momentos da Vida, segundo sexo

| Idades | 1980 | | 2000 | | 2021 | |
|---------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|
| | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher |
| 0 anos | 58,4 | 65,5 | 66,0 | 74,3 | 73,6 | 80,5 |
| 16 anos | 49,3 | 55,9 | 52,5 | 60,5 | 58,9 | 65,7 |
| 60 anos | 13,9 | 17,6 | 16,5 | 20,8 | 21,0 | 24,7 |
| 65 anos | 9,2 | 13,4 | 12,1 | 16,7 | 17,4 | 20,7 |

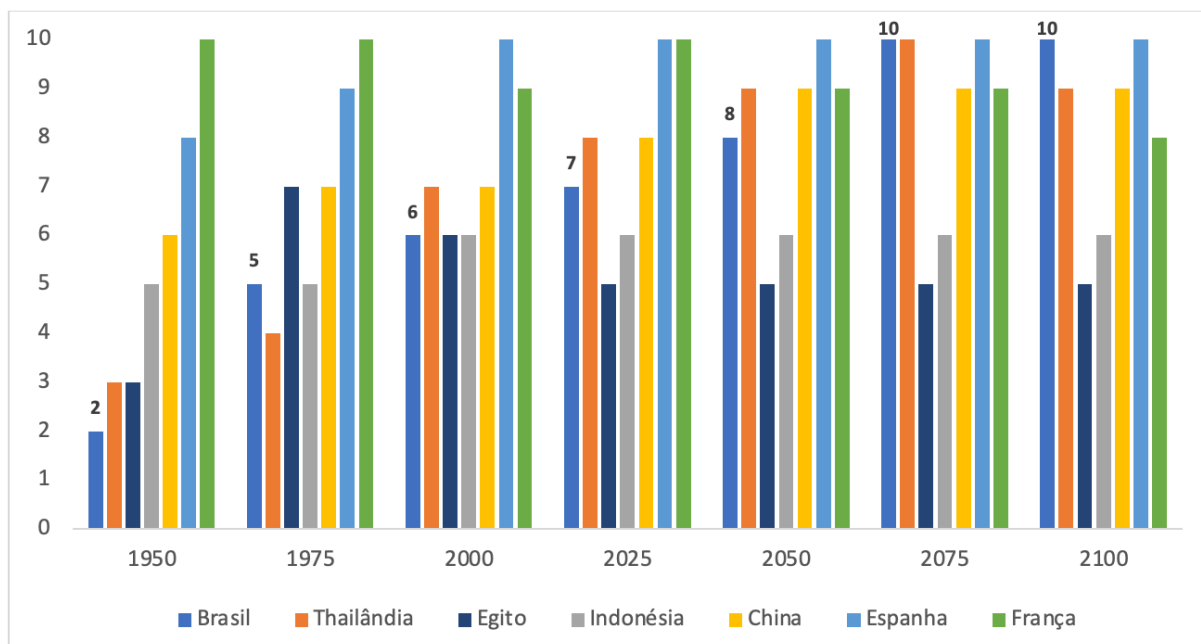
Fonte: IBGE

1. Demografia brasileira em perspectiva comparada

O processo de envelhecimento brasileiro será tão acentuado e rápido que seremos um destaque em termos de transição demográfica. Tomados duzentos países classificados em percentagem de população idoso no total da população em decis, o Brasil transitará em um período de apenas 150 anos, do 2º para o último decil. Em 1950 o Brasil estava entre os 20% mais jovens do planeta (entre duzentos). Em apenas 50 anos já subimos para o 6º decil, ou seja, havia pelo menos metade dos 200 países com população mais jovens do que a nossa. Nessa década de 2020 já estaremos entre os 30% mais velhos e até 2050 estaremos entre os 20% mais envelhecidos do mundo. Terminaremos esse século no seletivo grupo de 20 países mais envelhecidos do planeta. Essas são as previsões das Nações Unidas.

O Gráfico 4 apresenta 7 países (aí incluído o Brasil) indicando para cada um a sua posição no respectivo decil de envelhecimento para o período de 1950 a 2100 em intervalos de 25 anos. Note que ao final do período dentre esses sete países apenas Brasil e Espanha estarão entre os 10% mais envelhecidos (no conjunto de 200 países). China e Indonésia, por exemplo, estarão no decil anterior ao do Brasil e a França, há muito um país de população mais envelhecida, estará dois decis abaixo do Brasil.

Gráfico 4: Posicionamento em decis de envelhecimento (percentagem de idosos na população) entre 1950 e 2100 de sete países em um conjunto de 200 países listados pelas Nações Unidas, com dados demográficos.



Fonte: United Nations, Population Division – World Population Prospects: The 2017 Revision

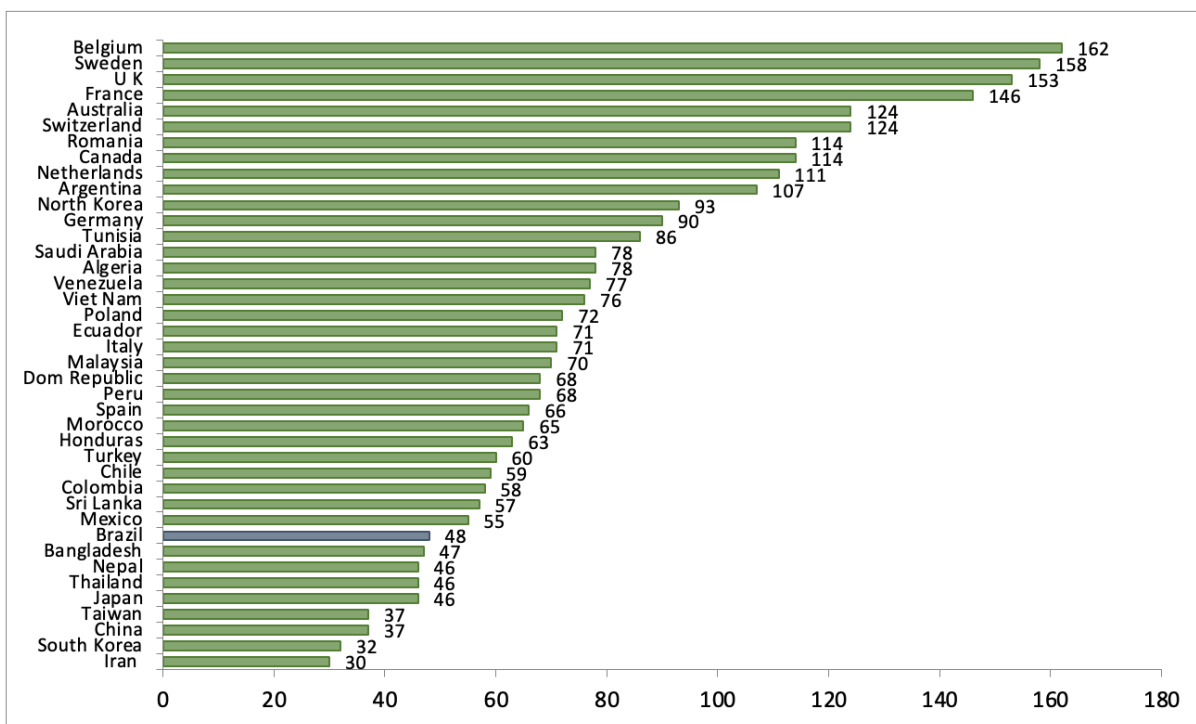
O envelhecimento brasileiro não apenas será intenso, como será rápido. A intensidade do processo e sua velocidade acentuada impõem desafios complexos para o país. Quanto mais rápido é o processo de envelhecimento de uma população, maiores deverão ser os investimentos necessários para aumentar a renda per capita e para preparar o processo produtivo para uma mão de obra mais envelhecida. Nesse aspecto, o desafio brasileiro é gigantesco.

Uma estatística comumente utilizada para caracterizar a velocidade de envelhecimento de uma população é o tempo requerido para que a percentagem de idosos na população se desloque de 10% para 30%⁵.

Utilizando um subconjunto dos 100 países mais populosos do total de países listados pela ONU foi possível calcular o tempo necessário para que ocorra a transição mencionada. Notem que alguns dos países já completaram esse processo, enquanto outros ainda estão a fazê-lo (como é o caso do Brasil dentre outros).

Pois bem. No conjunto de 100 países mais populosos do planeta, o Brasil completará esse processo em apenas 48 anos. Certamente para o horizonte temporal de um indivíduo 48 anos é algo muito grande e significativo. Entretanto, para movimentos demográficos de uma população esse tempo é um pequeno lapso de tempo. O Gráfico 5 apresenta 40 dos 100 países mais populosos, indicando o tempo demandado para transitar de 10% para 30% a participação de idosos em suas populações.

Gráfico 5: Tempo (em anos) para transitar de 10% para 30% de percentual de idosos na população – 40 países entre os 100 países mais populosos



Fonte: United Nations, Population Division – World Population Prospects: The 2017 Revision

É importante destacar que a transição brasileira será feita em menos de 30% do que foi demandada para a Bélgica, ou 30% da Suécia. Mas mesmo comparado a países latino-americanos o caso brasileiro é excepcional. Na Argentina esse processo demandará 107 anos (2,23 vezes mais tempo do que o Brasil); a Venezuela demandará 77 anos (60% mais do que o Brasil) e o Peru 68 anos (42% mais do que o Brasil).

⁵ A percentagem de 10% ou menos de incidência do grupo idoso em uma população é um claro indicativo de uma população jovem, com idade mediana baixa. Por outro lado, populações em que a incidência de idosos é de pelo menos 30% são populações envelhecidas, com idade mediana elevada.

Nesse mesmo período as projeções realizadas pela Secretaria de Previdência (SPREV) do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) que foram publicadas no Informe da Previdência Social 10/2022 vol. 34, Nº 10, em artigo intitulado “Modelo de Projeção Fiscal do Regime Geral de Previdência Social” indicam que as despesas previdenciárias apenas no INSS saltarão de 8,2% do PIB em 2024 para 16%, em 2100. E o déficit, no mesmo período, saltará de 2,9% do PIB para espantosos 10,9% do PIB em 2100⁶. E notem que esse resultado já incorpora os impactos decorrentes da grandiosa reforma promovida pela EC 106/2019!

Parece-nos evidentes que a Previdência representa não apenas o maior risco fiscal, como também uma ameaça ao crescimento econômico do país. A combinação da componente demográfica e de nossas regras previdenciárias – ainda muito desajustadas – imporão um custo para sociedade que tornará nossa economia inviável.

Uma alternativa a esse processo poderia ser um esplendoroso avanço da produtividade brasileira.

2. O DESAFIO DA PRODUTIVIDADE

Uma alternativa de financiamento de nosso sistema previdenciário poderia ser um elevado aumento da produtividade. Isso permitiria avanços significativos no PIB (e, por decorrência no PIB per capita) de modo a mitigar o aumento do custo previdenciário. Além disso, a expansão acelerada da produtividade permitira a superação da “síndrome de país de renda média”.

Há inúmeros exemplos de países que enfrentaram a transição demográfica com expansão acentuada da produtividade e se tornaram países com PIB elevado e renda per capita alta. Japão em passado mais remoto e Coreia do Sul em anos mais recentes são exemplos. A China mais recentemente tem experimentado consistente aumento da produtividade de sua economia e tem todas as possibilidades de ingressar no seletivo grupo de países de renda alta nos próximos 20 ou 30 anos.

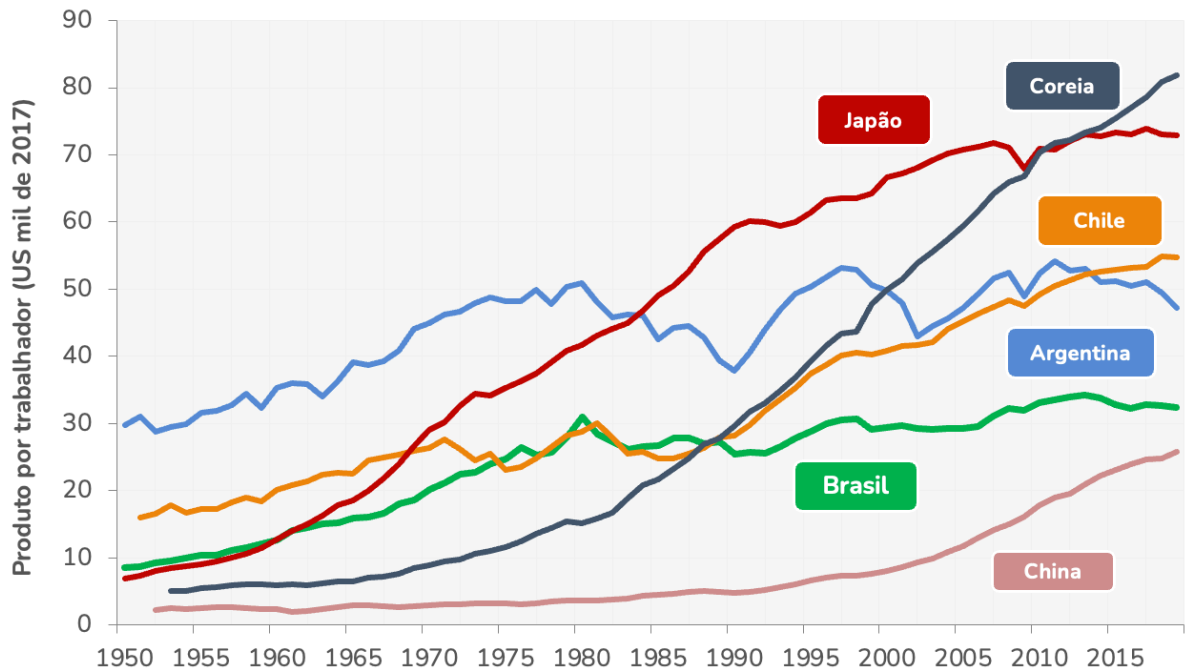
O caso chinês de certa forma é paradigmático. Com uma superpopulação, tem conseguido enfrentar a rápida transição demográfica com sólidos ganhos de produtividade e riqueza. O país vai enfrentar a partir de agora redução de sua população⁷ e rápido processo de envelhecimento, o que reduzirá certamente, sua vitalidade econômica. Entretanto, soube aproveitar bem seu bônus demográfico – a exemplo do que ocorrera no passado com Japão e Coreia – com elevados investimentos e enormes ganhos de produtividade.

O Gráfico 6 apresenta a evolução da produtividade para seis países selecionados, mas que guardam similitudes com a economia brasileira.

Gráfico 6 Evolução da produtividade para diversos países: 1950 - 2017

⁶ Se considerarmos que o déficit dos Regimes Próprios (União, Estados e Municípios) deve se situar entre 4% e 5% do PIB, estamos falando de um déficit previdenciário de 16% do PIB. Esse volume de déficit é maior do que qualquer despesa, tais como Educação e Saúde. Será, depois do gasto previdenciário, a maior rubrica orçamentária do país.

⁷ Em 2022 pela primeira vez em mais de 60 anos, houve redução de 850 mil indivíduos na população chinesa, equivalente a uma redução de 0,06%.



Fonte: Federal Reserve Bank of St. Louis

É imperioso destacar que nos anos 1960 Brasil e Japão apresentavam produtividade semelhante. Da mesma forma, nos anos 1980 Brasil e Coreia apresentavam produtividade semelhante. Nos dois casos, entretanto, observa-se que tanto no caso do Japão quanto da Coreia, suas produtividades evoluíram de forma consistente e acentuada e no Brasil a produtividade manteve-se praticamente inalterada. Também a Argentina, depois de ter sua produtividade crescente até os anos 1980, na média não apresentou evolução, oscilando fortemente desde então.

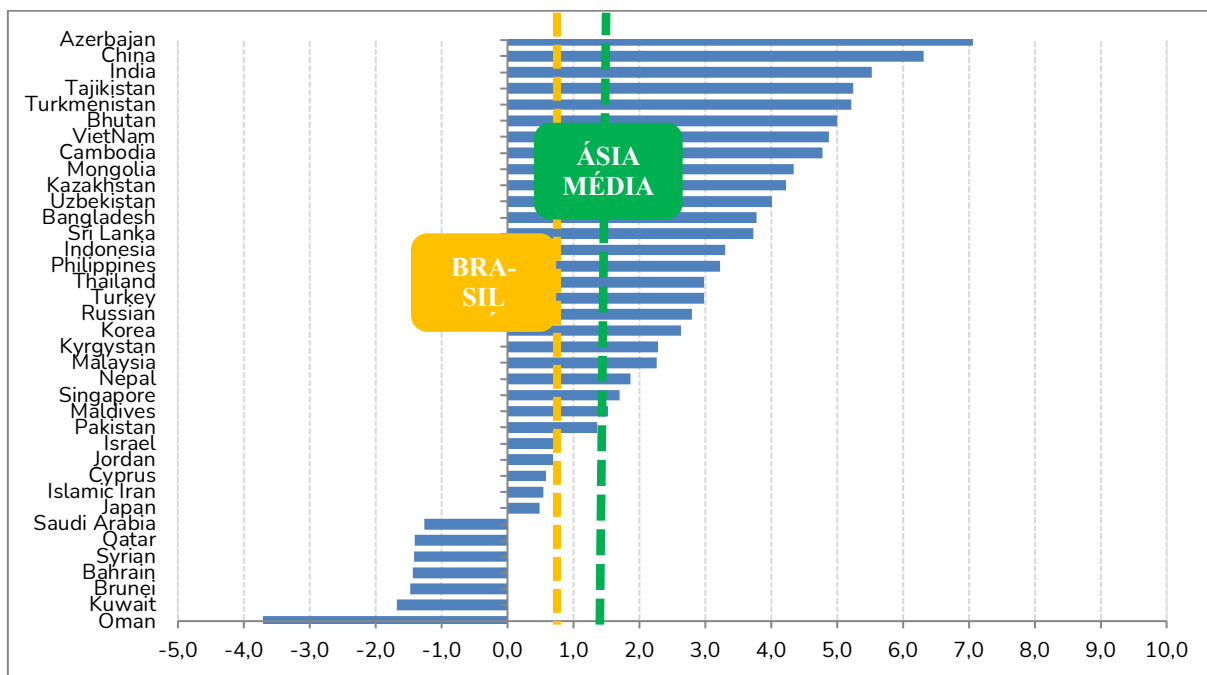
Um fato é evidente: o Brasil não tem ganho de produtividade significativo desde os anos 1970. Estamos, portanto, falando de 50 anos de estagnação da produtividade de nossa economia!

Considerando um período mais recente podemos verificar como tem andado a produtividade da economia brasileira, comparando-a com diversos países e não apenas o pequeno conjunto apresentado no Gráfico 6.

No Gráfico 7, a partir de dados do Federal Reserve Bank of St. Louis é possível comparar o crescimento da produtividade com diversos países. No caso específico, a comparação é feita com mais de duas dezenas de países da Ásia.

O que se constata é que a média de crescimento da produtividade brasileira no período 2000 a 2019 é praticamente um terço do crescimento médio do continente asiático. Há casos evidentemente muito ruins no continente asiático, como Brunei ou Kwait por exemplo, que apresentaram resultado negativo. Há ainda poucos casos em que a produtividade foi positiva, porém inferior ao crescimento da produtividade brasileira, como o Irã e mesmo o Japão. Na média, porém, o Brasil apresentou resultado muito pouco alvissareiro frente aos países asiáticos.

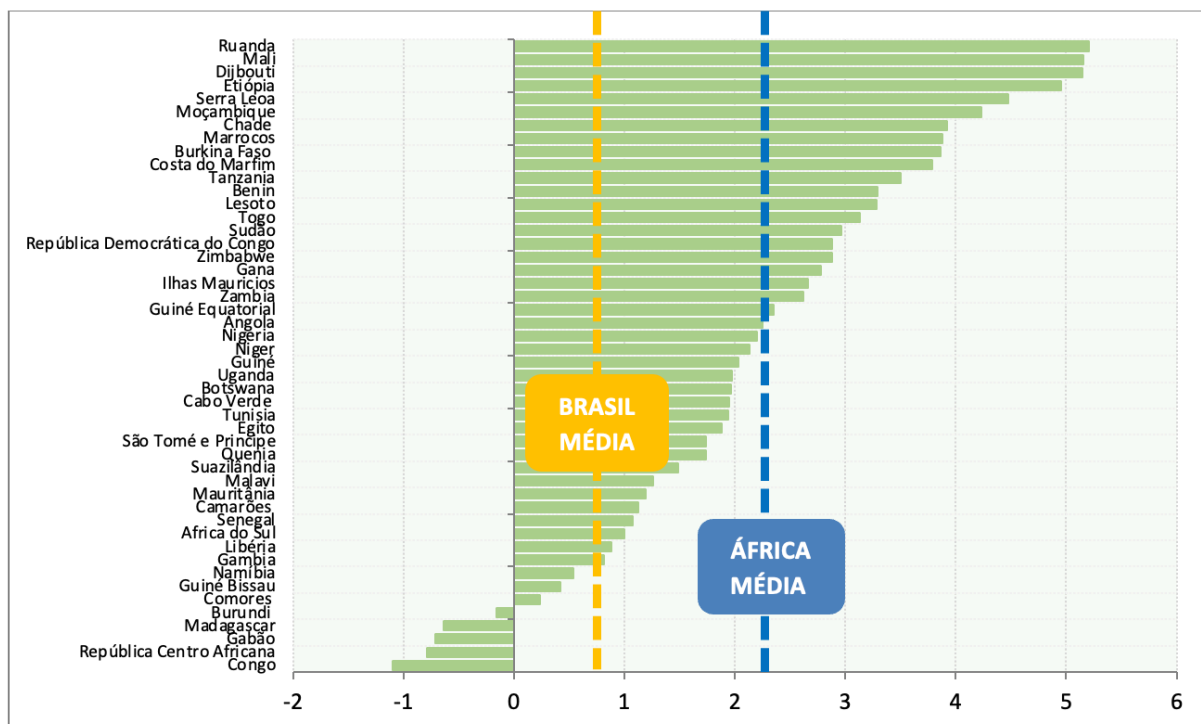
Gráfico 7 Taxa média de crescimento da produtividade do trabalho - Ásia 2000-2019 e comparação com o Brasil



Fonte: Federal Reserve Bank of St. Louis

O mesmo resultado em termos comparativos ocorre se considerarmos os países africanos. A média do crescimento da produtividade do continente africano é mais do dobro da taxa média de crescimento da produtividade brasileira. O Gráfico 8 apresenta esses resultados.

Gráfico 8 Taxa média de crescimento da produtividade do trabalho - África 2000-2019 e comparação com o Brasil

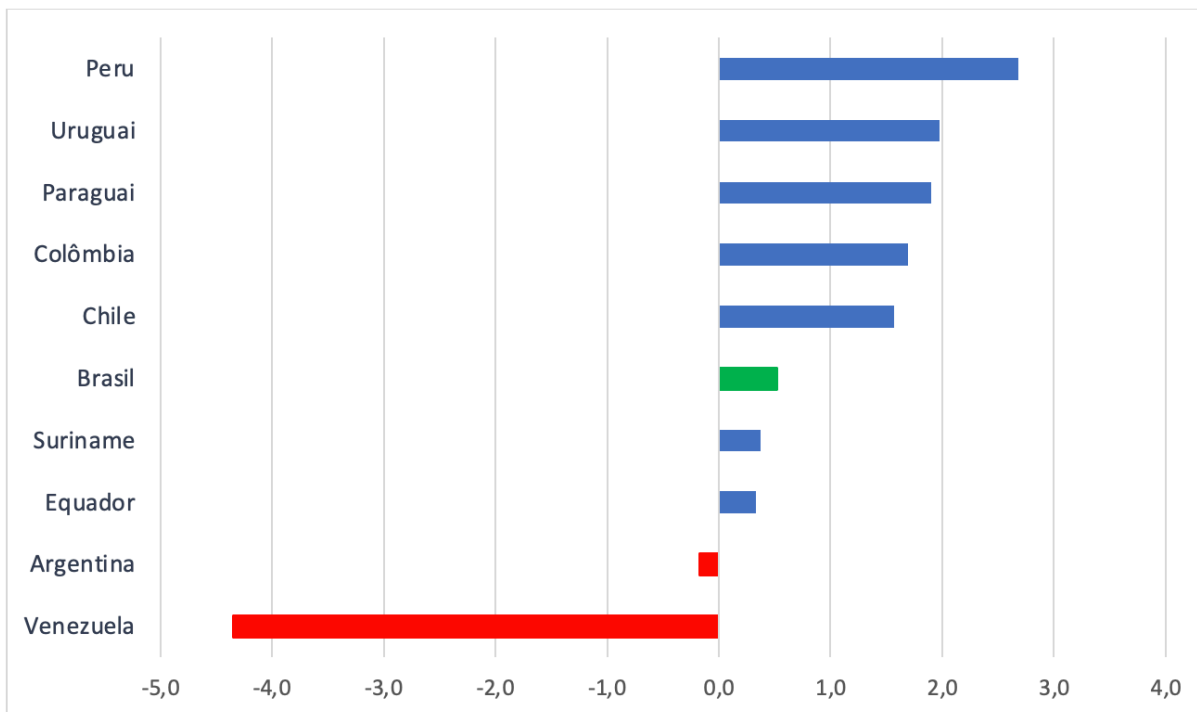


Fonte: Federal Reserve Bank of St. Louis

E mesmo na América do Sul, continente com baixo desempenho em termos de produtividade, o Brasil deixa muito a desejar. De dez países elencados o Brasil ocupa a

6ª posição, ficando atrás de Peru, Uruguai, Paraguai, Colômbia e Chile, como mostra o Gráfico 9.

Gráfico 9 Taxa média de crescimento da produtividade do trabalho – América do Sul 2000-2019 e comparação com o Brasil



Fonte: Federal Reserve Bank of St. Louis

Em síntese, a produtividade brasileira nos últimos 40 anos parece indicar restrições ao seu crescimento de modo a permitir elevada expansão do produto e da renda. Para que haja sólida expansão da produtividade, sabe-se, são necessários ajustes estruturais nas regras e incentivos ao empreendedor. São mudanças, em geral microeconômicas, que permitam a criação de um ambiente favorável ao investimento e ao aumento da produtividade. Dessa forma, como imaginar que venhamos a ter ganhos de produtividade significativos no futuro, se nada há no horizonte que indique que reformas estruturais sejam feitas de modo a viabilizar esses ganhos de produtividade?

Diante disso, não nos parece crível que o aumento da produtividade possa ser oferecido como solução ao financiamento dos gastos hipertrofiados da previdência social brasileira.

3. A DEMOGRAFIA E A PRODUTIVIDADE

Mudanças sociodemográficas são frutos da dinâmica de vetores demográficos, econômicos e sociais. O aumento da fecundidade e a redução da mortalidade definem um ciclo de crescimento da população como um todo e de certos grupos etários ao longo do tempo. A redução da fecundidade por outro lado, faz com que a taxa de crescimento da população reduza (podendo inclusive se tornar negativa) e define um limite numérico para grupos etários.

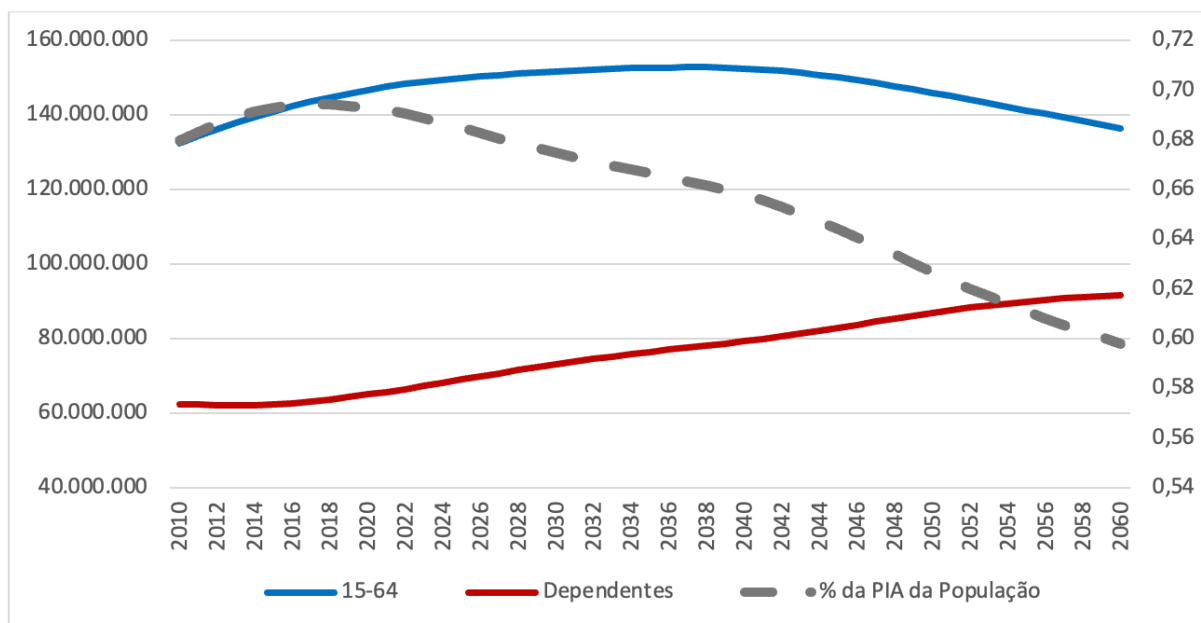
A configuração demográfica recente da população brasileira (últimos 40-50 anos) determinou que o grupo etário adulto ativo (15 a 64 anos) tivesse uma expansão inusitada atingindo seu ápice em 2037 quando será composto por mais de 152 milhões de indivíduos, dos quais pelo menos 95% estarão aptos a trabalhar. Apesar de quantitativamente atingir seu auge em 2037, como proporção da população esse ápice já foi atingido em 2017, estando em declínio desde então.

É sempre polêmico definir quando exatamente começa o período do chamado bônus demográfico. Aceita-se que o bônus demográfico se inicia no momento em que a participação relativa de população em idade ativa (PIA) é crescente. Por decorrência, o fim do bônus demográfico ocorre quando a participação relativa desse grupo etário atinge seu máximo.

No caso brasileiro isso já ocorreu em 2017. No entanto a população desse grupo continua a crescer em termos absolutos até 2037, quando atingirá 152,888 milhões de indivíduos. Para se ter ideia do gigantismo desse número, destaco que no presente momento (2023) apenas 6 países no mundo têm população total superior a esse contingente brasileiros: Nigéria, China, Bangladesh, Índia, Paquistão, Indonésia e Estados Unidos⁸.

O Gráfico 10 apresenta algumas informações aqui tratadas: a evolução das populações de 15 a 64 anos (PIA) e de dependentes (0-14 anos e 65 anos e mais) e a proporção da PIA no total da população

Gráfico 10 Informações estatísticas acerca da transição demográfica no Brasil



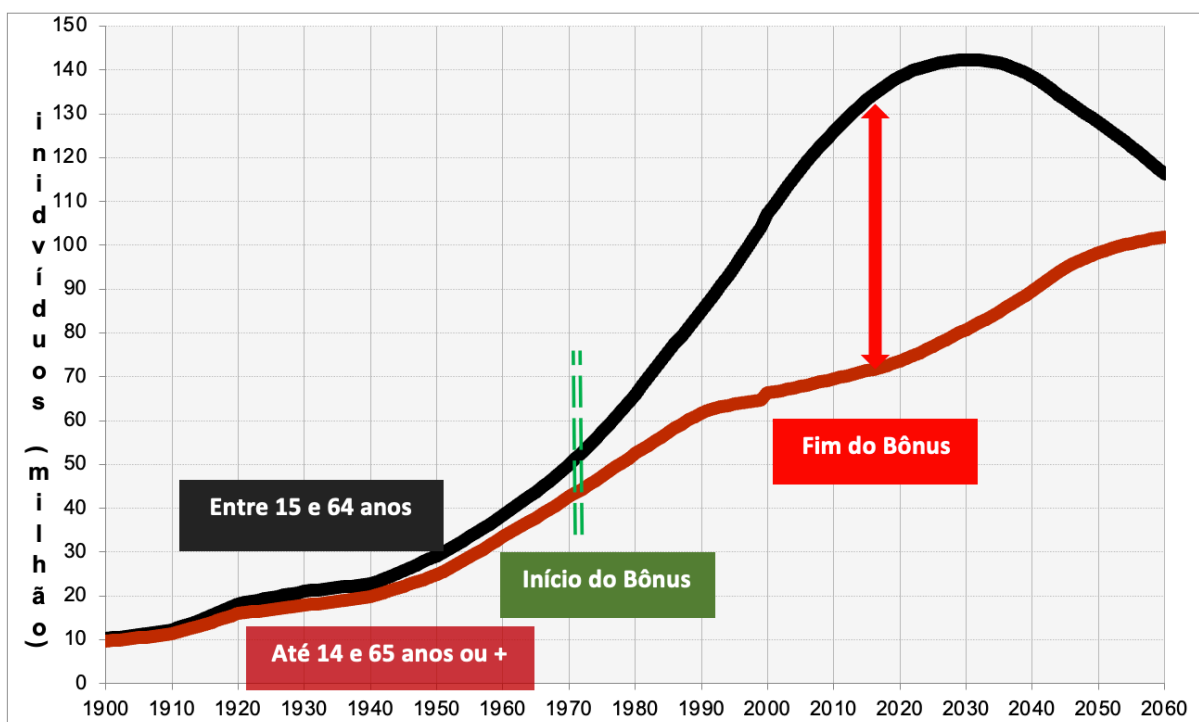
Fonte: IBGE

O processo de transição demográfico é um processo longo e representa de certa forma a urbanização e o esforço de uma sociedade em melhorar as condições de vida de sua população. O primeiro (o processo de urbanização) está intimamente associado

⁸ Mesmo em 2037, quando a população de adultos no Brasil começar a reduzir, somente esses mesmos países terão população total superior.

à redução da taxa de fecundidade, enquanto o segundo atua no aumento da longevidade. Esse processo está resumidamente descrito no gráfico 11, a seguir.

Gráfico 11 População brasileira segundo recortes etários – o bônus demográfico



Fonte: IBGE

É importante salientar que o bônus demográfico começa relativamente lento e se acelera a partir do final dos anos 1980. Como mencionado anteriormente, o bônus se encerrou em 2017, porém a população de 15 a 64 anos continua a crescer, mas com redução de sua participação relativa no total da população.

Isso significa que as oportunidades de crescimento econômico com uso intensivo da disponibilidade de mão-de-obra decorrente do bônus demográfico estão se aproximando do final, já tendo ocorrido o ponto máximo.

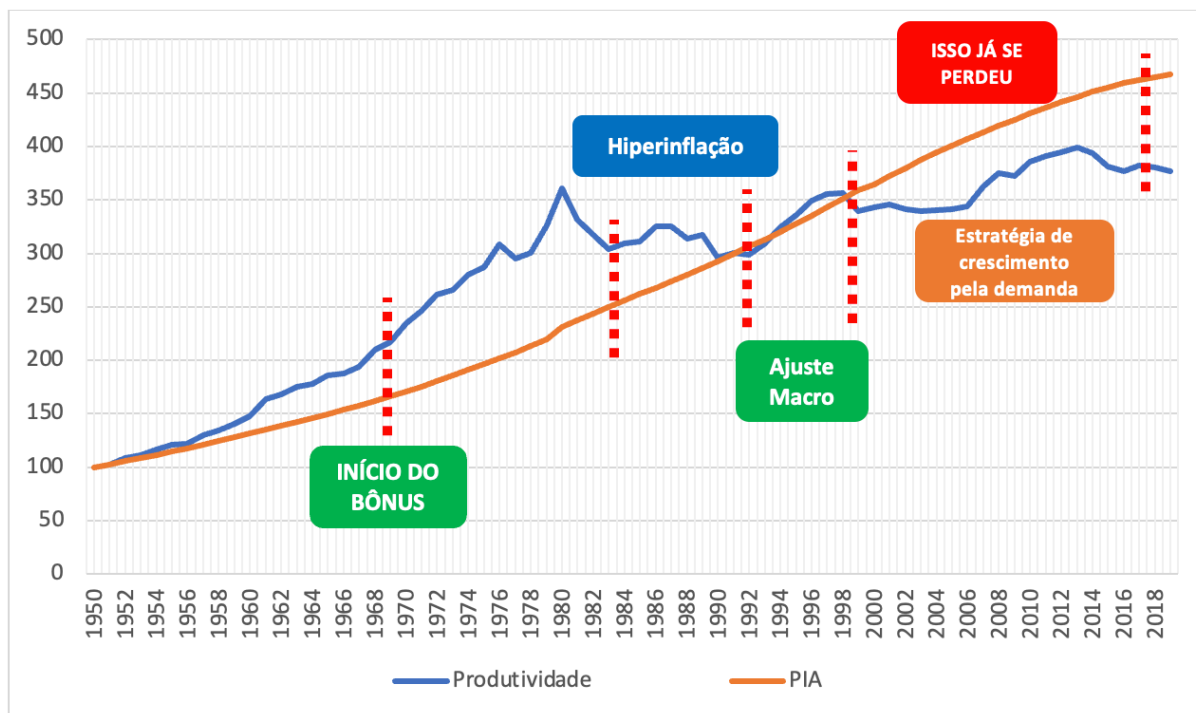
Países que enriqueceram ao longo do tempo, aproveitaram o bônus demográfico com ganhos elevados de produtividade, de modo a aumentar a renda total e a renda per capita de sua população. Entretanto, como mostrado anteriormente, desde os anos 1980 a produtividade no Brasil permaneceu praticamente constante. O resultado é que permanecemos como um país de renda média há bastante tempo.

Para finalizarmos essa discussão, podemos apresentar um exercício que consiste em transformar a evolução da população do grupo etário 14-65 anos e a produtividade em número-índice para termos uma ideia sobre a aderência de ambas as séries. O Gráfico 12 apresenta esses resultados.

Observe que no período compreendido entre meados dos anos 1950 e final dos anos 1980 a produtividade teve um comportamento superior ao do aumento da PIA, fazendo com que o produto e a renda – e consequentemente a renda per capita – fossem crescentes. Entretanto, a partir desse momento – com um breve surto decorrente

das políticas de ajuste macroeconômico dos anos 1990 – a produtividade “andou” sempre abaixo do crescimento da PIA. Isso implicou taxas de crescimento do PIB muito aquém do que seria possível caso tivéssemos tido crescimento da produtividade além do crescimento da oferta de mão-de-obra.

Gráfico 12 Número índice da produtividade e da PIA – Brasil: 1950-2019



Fonte: IBGE e Federal Reserve Bank of St. Louis. Elaboração do autor.

Note que estamos falando de pelo menos 30 anos – uma enorme janela de oportunidades – que desperdiçamos a crescente oferta de mão-de-obra e que poderia ter redundado em maior crescimento do produto e da renda per capita. Admitida a hipótese de que caso tivesse ocorrido a igualdade de crescimento da oferta de mão-de-obra e da produtividade o produto teria crescido 1,5 ponto percentual a cada ano e isso implicaria que nosso produto seria pelo menos 65% maior, com impactos relevantes em variáveis macroeconômicas e na qualidade de vida de nossa população.

Com todo o exposto, parece-nos evidente que mantidas as regras atuais e a tendência de crescimento de nossa produtividade não conseguiremos financiar o crescente gasto com previdência social e com benefícios assistenciais tendo como sustentação o aumento da produtividade.

4. OS AJUSTES NECESSÁRIOS

Como procuramos mostrar nas seções anteriores, o elevado e crescente gasto previdenciário não poderá contar com o enorme potencial de crescimento oferecido pela demografia. Como vimos, o ponto máximo já passou. Mas ainda temos uma década à frente em que a população em idade ativa continuará a crescer quantitativamente. Pelo

retrospecto, entretanto, e pela práxis do governo eleito em 2022⁹, não devemos esperar que reformas microeconômicas necessárias sejam implementadas, o que muito auxiliaria no enfrentamento do déficit previdenciário.

De toda forma, ganha proeminência e certa urgência a necessidade de ajustes em nosso sistema previdenciário que por diversas razões ficaram de fora da reforma de 2019. São elas:

- Uniformização de todas as regras para todos os RPPS do país;
- Mecanismo de ajuste automático da idade de aposentadoria;
- Progressiva redução da diferença de idade entre homens e mulheres, igualando-as em horizonte de até 20 anos;
- Implementação do regime de capitalização a partir de 2-3 SM a ser feito de forma lenta e progressiva (20 anos);
- Ajuste na Pensão de Militares;
- Criação de mecanismo para premiar trabalhadores que contribuem mais de 40 anos antes de se aposentar (aumento no valor do benefício à razão de 5-6% para cada ano adicional);
- Eliminação das regras diferenciadas de aposentadoria segundo profissão (transição em 20 anos para igualar todos);
- Revisão do BPC

Não é nosso intuito aqui detalhar cada um dos aprimoramentos institucionais propostos, mas tão somente elencar temas que deveriam compor uma agenda de reformas.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro está seriamente comprometida, tendo em vista o envelhecimento da população e a redução futura da população em idade ativa. Soma-se a isso a elevada taxa de informalidade e o progressivo envelhecimento da população o que prolonga o período de benefícios ativos.

Ao final deste século estaremos no seletor grupo de 20 países mais envelhecidos do planeta e, caso reformas microeconômicas não sejam implementadas, os custos do sistema absorverão parcela insustentável do orçamento público, comprometendo todas as demais áreas de atuação governamental.

Há 50 anos o país apresenta baixo crescimento da produtividade, restringindo a expansão do produto e da renda. Já perdemos o bônus demográfico, restando agora apenas o crescimento da PIA até metade da próxima década. Para criar um ambiente favorável ao investimento e ao

⁹ Em primeiro lugar essas reformas não estão contempladas no programa do partido eleito. Pelo contrário, as proposições lá contidas, caminham no sentido contrário. Além disso, as manifestações públicas iniciais do novo governo, como por exemplo, revisão da reforma trabalhista, revisão da reforma previdenciária, afirmações de que a previdência não é deficitária, revisão da autonomia do Banco Central, dentre outras, parecem inequivocamente corroborarem a posição do autor.

aumento de produtividade são necessários ajustes estruturais nas regras e incentivos de modo a florescer um capitalismo moderno e dinâmico.

Com ou sem reformas (o que mudaria é a premência) é crucial a implementação de ajustes em nosso sistema previdenciário de modo a reduzir a pressão de gastos previdenciários, deixando algum espaço para todas as demais áreas de atuação governamental.